CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE E CONSERVAÇÃO

um guia para artistas e colecionadores

Como elaborar um certificado de autenticidade sólido, e como conservar e higienizar uma obra de arte sem colocá-la em risco

Augusto Tomba, PhD

Sumário

PARTE I — CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE

1 Introdução

2 O que é e para que serve um certificado de autenticidade

3 Relevância jurídica

4 Relevância técnica e de conservação

5 Relevância comercial

6 O que torna um certificado difícil de falsificar ou adulterar

7 Estrutura recomendada, campo a campo

8 Durabilidade física do documento

PARTE II — CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA LEIGOS

9 Princípios gerais válidos para qualquer técnica

10 Especificidades por família de técnica (óleo, aquosas, secas)

11 Intervenções profissionais

12 Quando chamar um restaurador profissional

FECHAMENTO

13 Checklist final

14 Glossário

15 Referências

1. Introdução

Uma obra de arte que circula sem qualquer documentação confiável carrega, silenciosamente, três fragilidades ao mesmo tempo: fragilidade jurídica, porque não há prova formal de quem a criou e quando; fragilidade técnica, porque nenhuma informação sobre materiais e execução chega a quem, no futuro, precisar restaurá-la; e fragilidade comercial, porque compradores e avaliadores hesitam diante do que não podem verificar. Um certificado de autenticidade bem construído resolve as três de uma só vez — e é, surpreendentemente, um documento simples de produzir, uma vez que se entende exatamente o que ele precisa conter e por quê.

A segunda metade deste guia trata de um tema relacionado, mas distinto: como o próprio colecionador ou comprador — sem qualquer formação técnica — pode cuidar bem de uma obra em casa, e, mais importante ainda, o que jamais deve tentar fazer sozinho. Documentação e conservação são, na prática, as duas faces de uma mesma responsabilidade: preservar tanto a informação quanto a matéria física da obra ao longo do tempo.

2. O que é e para que serve um certificado de autenticidade

Um certificado de autenticidade é um documento formal, emitido pelo próprio artista (eventualmente em conjunto com uma galeria ou marchand), que atesta a autoria de uma obra específica e registra suas características físicas e as circunstâncias de sua criação. Não é um documento decorativo nem uma formalidade opcional para obras de maior valor: é, para qualquer obra original, a peça fundamental que conecta o objeto físico à pessoa que o criou.

Esse documento cumpre, ao mesmo tempo, três funções distintas — jurídica, técnica e comercial — que as próximas três seções tratam separadamente, mas que na prática operam juntas: o mesmo certificado que protege legalmente o artista também facilita a venda futura da obra, e a mesma informação técnica que orienta um restaurador também sustenta a credibilidade do documento diante de um comprador exigente.

3. Relevância jurídica

3.1 Prova documental de autoria e procedência

Diante de qualquer disputa futura sobre a autoria ou a procedência de uma obra — uma situação mais comum do que se imagina, sobretudo décadas após a criação, quando o próprio artista pode não estar mais disponível para confirmar pessoalmente a autoria —, um certificado de autenticidade datado, assinado e detalhado funciona como a primeira e mais acessível linha de prova documental. Ele não decide sozinho uma disputa judicial complexa, mas fortalece imensamente a posição de quem o possui, evidenciando que a autoria e as características da obra foram registradas próximas ao momento de sua criação, e não reconstituídas posteriormente.

3.2 A conexão com o direito de sequência

Um certificado bem-feito registra, entre outras informações, os dados do primeiro comprador e o valor da transação original — exatamente o "preço de origem" necessário para calcular qualquer mais-valia numa revenda futura, tema tratado em profundidade no primeiro guia desta coleção, sobre o direito de sequência. Um artista que documenta sistematicamente cada venda por meio de certificados constrói, sem esforço adicional, o próprio arquivo de preços que viabiliza, anos depois, o exercício desse direito.

3.3 Reforço da autoria e da integridade da obra

O certificado também reforça, de forma documental, os direitos morais do autor sobre a obra — o direito à paternidade (ser reconhecido como autor) e à integridade (opor-se a alterações que desvirtuem a obra original). Um registro formal e datado da obra em seu estado original torna mais fácil identificar, no futuro, qualquer alteração não autorizada.

3.4 O que o certificado não substitui

É importante ter clareza sobre os limites desse documento: um certificado de autenticidade emitido pelo próprio artista é uma prova documental privada, não uma perícia técnica formal. Em disputas judiciais de grande relevância — envolvendo obras de altíssimo valor ou acusações de falsificação —, o juiz pode determinar a produção de prova pericial (análise material, datação, comparação estilística por especialista independente), que é meio de prova distinto do certificado e com ele não se confunde. O certificado reforça o conjunto probatório e pode favorecer a posição de quem o apresenta — artista, herdeiro, colecionador

ou galeria —, mas não vincula o juízo: a perícia pode confirmá-lo, infirmá-lo ou relativizá-lo. A decisão da disputa cabe ao juiz, que valorará o conjunto das provas, documentais e técnicas, segundo seu livre convencimento motivado. Em síntese: o certificado é prova; a perícia é prova; ambos subsidiam a decisão judicial.

4. Relevância técnica e de conservação

Além de sua função jurídica, o certificado carrega uma ficha técnica que se torna, décadas depois, uma fonte de informação indispensável para qualquer restaurador que venha a intervir na obra: materiais empregados (marca e tipo de pigmento, aglutinante, suporte), técnica (óleo, têmpera de ovo, aquarela, técnica mista), dimensões exatas, e eventuais camadas de preparação e verniz utilizadas.

Essa conexão entre documentação e conservação futura é discutida em maior profundidade no guia de química da arte desta mesma coleção: um restaurador que sabe exatamente qual aglutinante e quais pigmentos foram usados numa obra pode planejar uma intervenção com muito mais segurança e precisão do que diante de uma obra cuja composição precisa ser deduzida ou testada quimicamente anos depois, com risco adicional à própria obra.

5. Relevância comercial

Do ponto de vista prático do mercado, uma obra acompanhada de certificado de autenticidade sólido transmite confiança imediata ao comprador — reduzindo a hesitação natural diante de qualquer aquisição de arte, sobretudo para compradores menos experientes. Essa confiança se traduz em benefícios concretos e cumulativos:

— **Facilidade de revenda**: um comprador futuro herda a mesma segurança documental que o comprador original teve, tornando a obra mais líquida no mercado secundário.

— **Avaliação e seguro:** seguradoras e avaliadores profissionais exigem, tipicamente, documentação mínima de autenticidade e procedência antes de segurar ou avaliar formalmente uma obra.

— **Diferenciação competitiva:** num mercado onde muitos artistas ainda não adotam a prática de documentação sistemática, oferecer certificados consistentes e bem

elaborados é, por si só, um diferencial profissional que constrói confiança de longo prazo com colecionadores.

6. O que torna um certificado difícil de falsificar ou adulterar

Um certificado de autenticidade só cumpre plenamente sua função se for, ele próprio, difícil de falsificar ou adulterar — caso contrário, torna-se apenas um verniz de credibilidade facilmente reproduzido por terceiros de má-fé. Os elementos abaixo, combinados, elevam substancialmente essa segurança.

6.1 Papel de segurança

Papel de gramatura elevada, com marca d'água ou textura distintiva, dificulta a reprodução casual do documento em impressoras comuns — um obstáculo simples, mas eficaz, contra falsificações improvisadas.

6.2 Numeração sequencial vinculada a registro próprio

Cada certificado deve receber um número de registro único, correspondente a uma entrada no arquivo pessoal do artista (uma planilha ou sistema equivalente, semelhante ao registro de vendas recomendado no guia de direito de sequência desta coleção). Isso permite verificar, a qualquer momento, se um certificado específico corresponde de fato a um registro legítimo — e torna evidente a ausência de registro correspondente a um certificado forjado.

6.3 Fotografia de alta resolução em múltiplos ângulos

Incluir fotografias nítidas da obra em diferentes ângulos — frente completa, verso (que frequentemente contém informações relevantes, como carimbos ou anotações), detalhe da assinatura e detalhe da textura de superfície — dificulta consideravelmente a substituição do certificado por uma obra semelhante, mas diferente daquela originalmente documentada.

6.4 Elemento de autenticação exclusivo do artista

Uma assinatura física de próprio punho, combinada com um selo, carimbo ou marca pessoal exclusiva — qualquer elemento gráfico consistentemente utilizado apenas pelo artista — cria uma camada adicional de verificação: reproduzir a assinatura isoladamente é mais fácil do que reproduzir a combinação específica de assinatura, selo e papel utilizados de forma consistente ao longo do tempo.

6.5 Código de verificação (QR code)

Um código QR vinculado a uma página específica do próprio site do artista, mostrando os dados essenciais daquele certificado (número de registro, título, ano), permite que qualquer comprador ou avaliador confirme rapidamente a autenticidade do documento, sem depender exclusivamente do papel físico. É um recurso moderno e de baixo custo de implementação.

6.6 Redundância de cópias

Manter uma via arquivada no próprio acervo do artista, além da via entregue ao comprador, permite comparação e confirmação cruzada a qualquer momento — dificultando alterações posteriores na via em posse de terceiros.

6.7 Uma nota sobre tecnologias emergentes

Tecnologias como hashes criptográficos ou registros em blockchain vêm sendo exploradas como camada adicional de verificação digital de autenticidade. Trata-se de um recurso opcional e ainda em consolidação no mercado de arte — útil como reforço, mas não como substituto dos elementos fundamentais descritos acima, que continuam sendo a base mais confiável e amplamente reconhecida de um certificado sólido.

7. Estrutura recomendada, campo a campo

O modelo a seguir reúne os campos essenciais que um certificado de autenticidade completo deve conter, com comentário sobre a função de cada um.

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE — Nº [número de registro]

Título da obra: [título]

Autor: [nome completo do artista]

Data de criação: [data]

Técnica empregada: [ex.: têmpera de ovo sobre painel de madeira]

Dimensões: [altura × largura, em cm]

Descrição detalhada: [materiais, suporte, marca de produtos usados, elementos visuais relevantes da composição]

[Fotografia da obra — frente] [Fotografia — verso] [Fotografia — detalhe da assinatura]

Declaração: Eu, [nome do artista], declaro que sou o autor original desta obra, executada nas condições e com os materiais aqui descritos, e que este documento certifica sua autenticidade.

Assinatura do artista: _____ Selo/carimbo: [espaço reservado]

Adquirente original: [nome], Data e valor da transação: [data / valor]

Local e data de emissão: [cidade, data]

Verificação: [QR code ou link para página de verificação, quando disponível]

Comentário sobre os campos

A descrição detalhada (materiais, suporte, marcas de produtos utilizados) cumpre dupla função: reforça a credibilidade técnica do documento diante de um comprador exigente e serve como registro para conservação futura, discutido na seção 4. O campo de adquirente original e valor da transação é o elo direto com o direito de sequência, mencionado na seção 3.2 — sem esse registro, calcular qualquer mais-valia futura se torna consideravelmente mais difícil, como discutido no primeiro guia desta coleção. A inclusão de uma biografia breve do artista, embora opcional, agrega contexto e credibilidade adicional ao documento, sobretudo para compradores menos familiarizados com o trabalho do artista.

8. Durabilidade física do documento

De nada adianta um certificado bem estruturado se o próprio papel se deteriora antes da obra que ele documenta. Alguns cuidados simples garantem a durabilidade do documento:

— Utilize papel livre de ácido (acid-free): papéis comuns de baixa qualidade amarelam e se tornam quebradiços em poucos anos, exatamente o tipo de degradação que se busca evitar num documento destinado a durar décadas.

— Prefira tinta pigmentada e permanente à impressão jato de tinta comum, que pode desbotar ou borrar com exposição à umidade ao longo do tempo.

— Armazene (e oriente o comprador a armazenar) o documento fora de luz solar direta e umidade excessiva, preferencialmente numa capa protetora rígida.

— Mantenha sempre uma versão digital de backup do certificado e das fotografias associadas, redundância adicional caso a via física se perca ou seja danificada.

PARTE II — CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA LEIGOS

9. Princípios gerais válidos para qualquer técnica

Independentemente da técnica empregada — óleo, aquarela, têmpera de ovo, desenho ou pastel —, alguns cuidados de ambiente, manuseio e armazenamento se aplicam universalmente. Eles formam a base de qualquer estratégia de conservação doméstica, antes mesmo de considerar as especificidades de cada família de técnica, tratadas na seção 10.

9.1 Ambiente e cuidados preventivos

SEGURO **Manter temperatura entre 18–22°C e umidade relativa entre 45–55%.** — Evite posicionar obras próximas a fontes de calor, saídas de ar-condicionado ou locais com variação acentuada de umidade.

SEGURO **Proteger da luz solar direta e da radiação ultravioleta.** — Use vidro com filtro UV ou acrílico de grau museológico ao emoldurar, e posicione a obra longe de janelas com incidência direta de luz.

SEGURO **Garantir circulação de ar adequada, sem correntes fortes.** — A má ventilação favorece o surgimento de mofo; evite espaços fechados com ar estagnado.

ATENÇÃO **Realizar inspeções periódicas contra insetos, fungos ou agentes biológicos.** — Verifique regularmente o verso da obra, a moldura e o chassis (quando houver). Aja imediatamente ao menor sinal de ataque biológico.

9.2 Manuseio

SEGURO **Manusear sempre com luvas de algodão limpas ou apenas pela moldura.** — Os óleos e a umidade da pele aceleram a deterioração da camada pictórica e do suporte ao longo do tempo.

9.3 Armazenamento e transporte

SEGURO **Armazenar na vertical, nunca frente a frente com outra obra.** — Coloque proteção de material livre de ácido entre as obras. Use divisórias acolchoadas ou caixas individuais sempre que possível.

SEGURO **Proteger durante o transporte com embalagem rígida e acolchoada.** — Evite vibrações e impactos. Aclimate a obra antes e depois do transporte ao ambiente de destino, evitando trocas bruscas de temperatura e umidade.

9.4 Documentação do estado de conservação

SEGURO **Documentar o estado de conservação com fotografias antes de qualquer intervenção.** — Inclua frente, verso, luz rasante e detalhes. Date e arquive todos os registros — esse histórico se soma naturalmente à documentação já reunida no certificado de autenticidade, discutido na Parte I deste guia.

10. Especificidades por família de técnica

Os cuidados gerais da seção anterior não bastam sozinhos: cada família de técnica pictórica tem uma relação diferente com água, luz e manuseio direto, e tratar todas da mesma forma é uma fonte comum de dano evitável.

10.1 Técnicas oleosas (óleo, têmpera grassa)

SEGURO **Remover poeira superficial com pincel de cerdas macias e naturais.** — Use pinceladas leves, de cima para baixo. Nunca esfregue ou pressione a camada pictórica.

ATENÇÃO **Nunca usar ar comprimido, sprays químicos ou panos úmidos sobre a superfície pintada.** — Esses procedimentos podem danificar a camada de tinta, provocar destacamentos ou introduzir umidade sob o verniz.

Pinturas a óleo costumam ser expostas sem vidro de proteção, o que torna a superfície diretamente acessível à poeira — e, por isso, a limpeza a seco periódica descrita acima é relevante e segura quando feita com a devida delicadeza.

10.2 Técnicas aquosas (aquarela, guache, têmpera de ovo)

Técnicas aquosas permanecem sensíveis à água mesmo muito tempo depois de secas — um princípio já discutido no guia de química da arte desta coleção. Por isso, o cuidado doméstico com essas obras é mais restritivo do que com o óleo.

ATENÇÃO **Nunca tocar diretamente a superfície pintada, mesmo com as mãos limpas.** — O pigmento de técnicas aquosas pode permanecer sensível ao toque e à umidade da pele por muito mais tempo do que se imagina.

SEGURO **Manter a obra emoldurada sob vidro ou acrílico com filtro UV, com passe-partout separando o papel do vidro.** — O espaçador evita que a obra entre em contato direto com o vidro, prevenindo aderência e condensação de umidade sobre a superfície pintada.

ATENÇÃO **Limpar apenas o vidro externo da moldura, nunca aplicando líquido diretamente sobre ele.** — Aplique o produto de limpeza num pano, nunca diretamente sobre o vidro, evitando que qualquer líquido escorra para dentro da moldura e atinja o papel.

10.3 Técnicas secas (grafite, carvão, pastel seco)

Técnicas secas apresentam um risco estrutural muito particular: o pigmento repousa sobre o suporte com aglutinação mínima ou inexistente — no caso do pastel seco, praticamente nenhuma —, o que significa que o maior risco não é químico, mas físico: vibração, inclinação ou qualquer contato pode fazer o pigmento se soltar ou esborratar.

ATENÇÃO **Nunca tentar remover poeira ou limpar a superfície de uma obra em técnica seca, sob nenhuma circunstância — nem mesmo com pincel macio.** — Diferentemente do óleo, onde a camada de tinta é uma película sólida, o pigmento seco não está firmemente fixado ao suporte, e qualquer contato direto pode causar perda irreversível de material.

SEGURO **Transportar e armazenar sempre na posição vertical ou perfeitamente plana, nunca inclinada.** — Inclinações favorecem o deslocamento gradual de partículas de pigmento solto dentro da moldura, especialmente em obras a pastel.

SEGURO **Emoldurar sempre sob vidro com um espaçador (passe-partout), nunca em contato direto entre o papel e o vidro.** — O contato direto pode fazer partículas de pigmento aderirem ao vidro permanentemente ao longo do tempo.

PROFISSIONAL **Qualquer refixação com verniz fixador após a conclusão da obra deve ser avaliada com cautela.** — A aplicação de fixador pode escurecer ou alterar sutilmente o efeito visual do pastel; decisões sobre refixação de obras antigas ou danificadas devem ser feitas por um restaurador.

11. Intervenções profissionais

As intervenções a seguir devem ser realizadas exclusivamente por um restaurador qualificado. Esta seção tem finalidade apenas informativa, para que o colecionador saiba o que esperar de uma intervenção profissional bem conduzida.

PROFISSIONAL Limpeza superficial — remoção de sujidade e verniz oxidado (técnicas oleosas). — Exige restaurador qualificado. Testes de solventes em áreas não visíveis são obrigatórios antes de qualquer ação sobre a superfície.

PROFISSIONAL Revernizamento após limpeza, para proteger e unificar a aparência. — Deve ser usado verniz reversível de grau conservação (como Paraloid B-72, resina damar ou Regalrez), aplicado em condições controladas.

PROFISSIONAL Reintegração cromática em lacunas e áreas com destacamento de tinta. — Devem ser usados apenas materiais reversíveis; preenchimentos e reintegrações devem ser identificáveis sob luz ultravioleta, distinguindo claramente a intervenção da pintura original.

PROFISSIONAL Consolidação da tela e reentelamento em casos de comprometimento estrutural. — Deve-se intervir apenas quando estritamente necessário — a conservação moderna preza pela intervenção mínima possível.

PROFISSIONAL Desacidificação e reparo de rasgos em obras sobre papel. — Papéis antigos ou de baixa qualidade acumulam acidez que acelera sua degradação; o reparo de rasgos deve ser feito com papel japonês e adesivos reversíveis específicos para conservação.

PROFISSIONAL Tratamento de manchas de fungo (foxing) em obras sobre papel. — Requer avaliação e produtos específicos de restauro — tentativas caseiras de remoção quase sempre pioram a mancha ou danificam a fibra do papel.

12. Quando chamar um restaurador profissional

Alguns sinais indicam, de forma inequívoca, que chegou a hora de buscar um restaurador profissional, em vez de qualquer tentativa de solução caseira:

— Descolamento ou levantamento de fragmentos de tinta em qualquer extensão da obra.

— Manchas de origem desconhecida, sinais visíveis de mofo, ou odor de umidade associado à obra.

— Craquelê acentuado, com risco aparente de perda de fragmentos, em pinturas a óleo.

— Perda perceptível ou deslocamento de pigmento solto em obras a pastel ou outras técnicas secas.

— Manchas amareladas ou de fungo (foxing) em obras sobre papel.

— Exposição acidental a líquidos, fumaça ou qualquer contaminação externa, em qualquer técnica.

— Necessidade de envernizamento, reentelamento ou qualquer intervenção estrutural.

— Antes de qualquer transporte de longa distância ou mudança de local de obras de valor significativo, para avaliação preventiva do estado de conservação.

Buscar orientação profissional diante desses sinais, mesmo que apenas para uma avaliação inicial, é sempre mais econômico e seguro do que arriscar uma intervenção caseira malsucedida sobre uma obra original.

13. Checklist final

13.1 Certificado de autenticidade

☐ O certificado inclui número de registro vinculado a um arquivo pessoal?

☐ Inclui fotografias de alta resolução da frente, do verso e de um detalhe da assinatura?

☐ Contém descrição detalhada de materiais, técnica e dimensões?

☐ Registra os dados do adquirente original e o valor da transação?

☐ Foi impresso em papel de qualidade, livre de ácido, com tinta permanente?

☐ Existe uma via arquivada com o artista, além da via entregue ao comprador?

☐ Existe backup digital do certificado e das fotografias associadas?

13.2 Conservação

☐ A obra está protegida de luz solar direta e de fontes de calor?

☐ O ambiente tem umidade e temperatura razoavelmente estáveis?

☐ A limpeza de poeira é feita apenas com espanador ou pincel seco e macio, sem produtos químicos?

☐ Sei identificar sinais de que a obra precisa de um restaurador profissional?

14. Glossário

Certificado de autenticidade: documento formal que atesta a autoria e as características físicas de uma obra específica.

Procedência: histórico documentado de posse e transações de uma obra desde sua criação.

Perícia técnica: análise especializada e independente (material, estilística, de datação) usada para dirimir disputas formais sobre autenticidade.

Direitos morais de autor: direitos ligados à paternidade e à integridade da obra, distintos dos direitos patrimoniais (como o direito de sequência).

Papel livre de ácido (acid-free): papel tratado para não conter compostos ácidos residuais que causam amarelecimento e fragilização ao longo do tempo.

Craquelê: rede de fissuras superficiais na camada pictórica, geralmente resultante de tensão mecânica entre camadas ou movimentação do suporte.

Reentelamento: técnica de restauro que consiste em fixar uma nova tela de suporte à tela original fragilizada.

15. Referências

Este guia se apoia em princípios amplamente reconhecidos de documentação de procedência artística e de conservação preventiva doméstica:

— International Foundation for Art Research (IFAR) — diretrizes sobre autenticação e procedência de obras de arte.

— American Institute for Conservation (AIC) — recomendações gerais de conservação preventiva e cuidados básicos com obras de arte.

— Ralph Mayer — "Manual do Artista", com seção dedicada à documentação técnica de obras.

Este guia tem finalidade informativa. Para avaliação, autenticação formal em disputas relevantes, ou qualquer intervenção de restauro, a orientação de um advogado especializado em direito autoral e de um restaurador profissional permanece insubstituível.